



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DA XII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS ANO 2022

Ao décimo terceiro dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, os membros do Conselho Municipal de Saúde do Município de Rio das Ostras (CMS), quadriênio 2020/2023, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 235/1997 e Lei Municipal nº 2304/2019, em conformidade com o seu regimento interno, realizaram a XII reunião ordinária, por videoconferência, sendo usada a plataforma virtual Google Meet, por intermédio do link de acesso: meet.google.com/scn-xhec-ryk e transmitida ao vivo, em rede social para acesso público na página do Facebook: <https://www.facebook.com/conselhodesaudeRO>. O Primeiro Secretário do Conselho de Saúde, Alekisandro Passos Portela, realizou a convocação da reunião pelo EDITAL DE CONVOCAÇÃO 012/2022, enviado por e-mail aos conselheiros titulares e suplentes e publicado na edição nº 1515 do Jornal Oficial. A convocação da XII reunião ordinária teve como pauta os seguintes assuntos: I - Programação reuniões 2022 (Datas, hora e formato); II - Apresentação do orçamento da SEMUSA para 2023 (FMS); III - Assuntos Gerais. A reunião teve início às quatorze horas e trinta e seis minutos, com a presença de dez conselheiros titulares – Glória Maria Oliveira (SEMUSA), Jane Blanco Teixeira (SEMUSA), Marcelo Veiga Sales (SEMAD), Marceu França Guimarães, Vanessa Gioia Berriel (CREFITO2-RJ), Vanderlei Campos (AMAEG), Rodrigo S. da Silva (SAE), Marcio Tadeu (ASSOC.RAIZES), Manuel Manteiga (AMPECAN), Daniela B. Lima (ADOULAS) e quatro conselheiros suplentes- Marcelo Barelli (SEMUSA), Elson Silva (SAE), Lucas de Jesus (PARÓQUIA NOSSA SRª DA CONCEIÇÃO), Monica Linhares da Silva (SEMEP), além dos Srs. Eduardo, Marcio e Glória. Item 1- Votação sobre a permanência do formato, data e horário das reuniões: antes da votação Daniela Lima (ADOULAS) ressaltou que o formato online facilita na logística e na dinâmica das pessoas, assim, ressaltando a importância do modo online. Além disso, mencionou que na forma presencial ocorriam frequentemente problemas com o quórum e a remarcação de reuniões, o que dificilmente ocorre de forma online. Rodrigo Sabará acrescentou que as reuniões online integram a população, pois a participação se dá em qualquer lugar. O Presidente Vanderlei Campos iniciou a votação para definir os dias das reuniões, os conselheiros aprovaram por unanimidade que a reunião ocorrerá na segunda terça-feira de cada mês. No entanto, o horário e o formato obtiveram o voto contrário do Presidente



Vanderlei Campos, que optou pelo formato presencial e horário fora do comercial, o restante dos Conselheiros votaram a favor do modo online e horário dentro do comercial. Assim, decidido que a reunião acontecerá toda segunda terça feira do mês, no horário comercial e no formato online. Item 2- Apresentação do orçamento para dois mil e vinte e três: Marcio Montechiari, Coordenador do Fundo Municipal de Saúde (FMS) iniciou exibindo a diferença do valor total do orçamento, que foi apresentado no Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo - cento e noventa e sete milhões de reais - do que foi efetivamente encaminhada para a Câmara - duzentos e quarenta e sete milhões de reais. De acordo com Coordenador do FMS foram alterações que ocorreram exclusivamente na despesa com pessoal feita pela Secretaria de Fazenda, juntamente com a Secretaria de Planejamento, pois são elas que detêm a gerência e controle dos recursos próprios. A receita do Fundo Municipal de Saúde no orçamento é enquadrada somente nos recursos que vêm do Governo Federal e Estadual, e os demais recursos próprios de royalty de petróleo são alocados à medida que a SEMUSA vai gerenciando suas demandas, assim, eles se encontram no quadro de detalhamento de despesas, por isso há uma diferença do valor previsto da receita e o valor do quadro de despesa. Em relação à Receita Orçamentária, foram orçados quarenta e um milhões e oitocentos e quarenta e oito mil, e os demais estão presentes no site da Câmara, em que estão destacadas receitas de remunerações de aplicações, financeiras, transferências da União, transferências do SUS do Governo Estadual, transferências de royalty de petróleo, e os demais recursos arrecadados do pré-sal e outras fontes de royalty, elas são destinadas para a saúde conforme os percentuais e os seus recebimentos e já são previstos no quadro de despesas. Essas são as projeções de receita para o exercício de dois mil e vinte três em relação à Secretaria de Municipal de Saúde. Em relação às despesas, dentro da função do que é a saúde, conforme a Lei Federal 4320 discrimina para ser colocado no orçamento Municipal, na função saúde existe subfunções e os valores anuais que são destinados a cada uma no quadro de detalhamento da despesa, que também estão incluídos a gestão de pessoal e manutenção do serviço. Dessa forma, sendo a administração: quarenta e um milhões e oitocentos e vinte e quatro mil; Formação de recursos humanos: onze mil e novecentos e vinte e quatro; Atenção básica: trinta e oito milhões e trezentos e dois mil; Assistência hospitalar e ambulatorial: cento e quarenta e seis milhões e novecentos mil; Suporte profilático e terapêutico: oito milhão e quinhentos e quarenta e quatro mil; Vigilância sanitária: cento e quarenta e três mil e cento e vinte; Vigilância epidemiológica: onze



milhões e noventa e dois mil; Alimentação e nutrição: trezentos mil. Dessa maneira, todas as subfunções somam no total de despesa do orçamento o valor de duzentos e quarenta e sete milhões e cento e dezenove mil. Rodrigo Sabará questionou quais projetos estão em andamento, pois existem projetos que estão rolando há quatro anos e sempre voltam, terminam o prazo e necessitam ser refeitos. Além disso, comentou se é função do controle interno questionar a relevância dos projetos para a saúde. Para mais, acrescentou perguntas sobre a verba para AIDS que não é gasta, em que fase os projetos estão, quais projetos são. Relembrou do projeto da casa do SAE, indagou se irão financiar com essa verba, pois já estão há quatro anos com o pedido. Marcio respondeu que irá fazer um levantamento dos processos; caso estejam no FMS, cujos pedidos de contratação foram feitos para aquisição com verba da AIDS, e assim, poder ver o status de cada uma. Além disso, quanto à questão do controle interno, enfatizou que depende da gerência de análise. Glória (SEMUSA) respondeu quanto ao processo da casa, e comentou que não tem nada aberto ainda para compra de uma casa para o SAE e que não existe processo, citou que ainda é um projeto. Daniela Lima (ADOULAS) ressaltou a grande demanda que tem a maternidade, e questionou qual valor será direcionado ao orçamento previsto na atenção especializada para a maternidade. Além disso, citou a denúncia que colocou no grupo do CMS sobre a situação da alimentação dos acompanhantes que está apenas limitada às puérperas que são adolescentes, comentou que existem decretos federais que declaram que a alimentação tem que ser garantida a todos, questionou ao FMS se foi por falta de orçamento. O Subsecretário Eduardo, respondeu que em relação a questão da melhoria do hospital, já encaminharam projeto para o Estado visando adesão no recurso de obras de ampliação e reforma do Hospital Municipal, apenas estão aguardando a aprovação desse projeto, e o repasse desse recurso para início da tramitação do processo. Em questão da alimentação comentou que estão com processo sendo renovado de quatro em quatro meses, sendo um processo de dois mil e dezesseis, que venceu no ano passado, e estão sendo feitos aditivos até que possa ser feita a próxima licitação, ressaltou que no aditivo passado o saldo estava no limite e devido a questão do contrato, foi decidido fazer ajustes para conseguirem atender o que estava no contrato e o saldo disponível, ressaltou que não deixaram de atender a alimentação dos acompanhantes. Além disso, comentou que a licitação está marcada para o dia vinte e nove de dezembro, para poderem ter um novo contrato e regularizar essa situação. O Presidente Vanderlei Campos questionou sobre o que está previsto no orçamento em termos de investimentos, como construções de unidades de



saúde e ampliação de hospital. Além disso, o que está efetivamente no orçamento e o que podemos esperar. Marcio respondeu quanto a questão de investimentos informando que existem projetos para ampliação do Hospital Municipal, inclusive, processos de desapropriação de imóveis que já estão em fase final, projeto estes que dependem das aprovações e conclusões do Governo do Estado, que são verbas que serão transferidas do Estado, que é captação de recursos, pois ainda não foi incluído no orçamento, por não está concluído. Marceu França questionou quanto à diferença de cento e noventa e nove milhões do que foi sugerido do período anterior por efetivamente realizado. O presidente Vanderlei Campos respondeu que foi colocado no anteprojeto que Prefeitura deixou a disposição da população para receber comentários, e estava escondida no site, comentou que esse anteprojeto foi disponibilizado durante trinta dias para a população, em que o orçamento de saúde atingia cento e noventa e nove milhões, e passado esses trinta dias a SEGEP recebeu a contribuição e não comentou nada e enviou para a Câmara o anteprojeto de Lei no qual o orçamento da saúde pulou para duzentos e quarenta e sete milhões.

3- Assuntos Gerais: Vanderlei Campos e Rodrigo Sabará comentaram sobre a falta de comunicação entre a SEMUSA e o CMS; a SEMUSA não se pronunciou sobre o assunto. Marcio Tadeu (ASSOC. RAIZES) questionou quantas ambulâncias existem por classe e em quais unidades estão. O presidente Vanderlei Campos comentou que a SEMUSA não possui nenhuma pessoa específica para cuidar da frota, gerência e contrato de manutenção. O Subsecretário Eduardo se pronunciou com relação às ambulâncias e comentou que possuem aproximadamente dez ambulâncias em circulação e algumas em manutenção. Além disso, comentou que o contrato de manutenção de veículos foi celebrado recentemente e a oficina já está prestando serviços, e há uma licitação agendada para aquisição de veículos para vigilância sanitária, e está em tramitação um processo de locação de veículos de trinta e seis veículos para atender a Secretaria de Saúde. Marcio Tadeu (ASSOC. RAIZES) comentou sobre a expansão do cemitério que é necessária, no entanto ao lado fica localizada a Secretaria de Saúde, assim, alguns problemas poderiam ocorrer, em especial, a possibilidade de odores indesejados e insetos vindo do cemitério. A SEMUSA não se pronunciou. A SEMUSA comentou que está fazendo vários processos seletivos para a contratação de médicos, e a SEMAD irá fazer oito concursos públicos para médicos em diversas especialidades, e ainda está em tramitação o processo público do PJ. Rodrigo Sabará questionou quanto aos especialistas das unidades como resolver essa questão, pois está em déficit o atendimento na clínica. Ressaltou que a contratação de



novos médicos todo ano volta vazio, pois não tem médicos interessados, indagou qual a solução imediata para os médicos que já existem poderem ser colocados na demanda real, e ressaltou o porquê de não mudarem o formato de política salarial dos médicos. A SEMUSA não se pronunciou sobre o assunto. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dezesseis horas e trinta minutos, sendo lavrada a presente ata, por mim, Alekisandro Passos Portela Primeiro Secretário, e assinada juntamente com Vanderlei Campos Presidente em Exercício e Lucas de Jesus Alves Segundo Secretário, ambos membros da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Saúde.



Vanderlei Campos

Presidente em Exercício

Alekisandro Passos Portela

Primeiro Secretário

Lucas de Jesus Alves

Segundo Secretário